



CURSO DE FORMAÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE IGUATU EDITAL 001/2021



CADERNO DE QUESTÕES

CURSO DE FORMAÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE IGUATU/CE EDITAL Nº 001/2021

INFORMAÇÕES GERAIS

- Este caderno contém 100 (cem) questões, cada uma com 02 (duas) alternativas de resposta, sendo apenas uma alternativa correta.
 - De acordo com o comando a que cada questão esteja vinculada, marque, na Folha de Respostas, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO.
 - A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão contabilizadas.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção das suas respostas.
 - Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
 - Duração da prova: 4 horas
 - O tempo de duração da avaliação inclui o preenchimento da Folha de Respostas.
-

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A AVALIAÇÃO

- O candidato só poderá se retirar definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da avaliação.
- Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento da Folha de Respostas.
- Durante a aplicação da avaliação é proibido qualquer tipo de consulta.
- Este Caderno de Questões pode ser usado como rascunho, sendo a correção da avaliação feita única e exclusivamente pela leitura da Folha de Respostas.
- Não serão computadas questões não assinaladas na folha de respostas, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
- Após o término do prazo previsto para a realização da avaliação, não será concedido tempo adicional para o candidato continuar respondendo questões ou procedendo à transcrição para a Folha de Respostas.
- Ao terminar a avaliação o candidato deverá se retirar imediatamente do local.
- Ao final da avaliação o candidato deverá entregar o Caderno de Questões e a Folha de Respostas ao fiscal de sala.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue a Folha de Respostas.



CURSO DE FORMAÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE IGUATU EDITAL 001/2021



AVALIAÇÃO FINAL DAS DISCIPLINAS DO MÓDULO I (TEORIA)

Ética, direitos humanos e cidadania.

1. Em seu sentido mais amplo, a ética tem sido entendida como a ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes. Portanto, neste sentido, a ética envolve: a consideração de valor como equivalente de uma medição do que é real e voluntarioso no campo das ações virtuosas.

2. Moral, vocábulo herdado do latim, e ética, do grego, identificam conceitos que exprimem um conjunto de regras de conduta que se espera que sejam adotadas.

3. A ética tem por objetivo a determinação do que é certo ou errado, bom ou mau em relação às normas e valores adotados por uma sociedade.

Em relação ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil, julgue o item a seguir.

4. SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: Bruno, servidor público federal, teve de cumprir suas atividades diárias após o horário do expediente devido ao fato de ter se prontificado, durante o dia, a auxiliar um colega de outro setor em uma atividade de caráter emergencial.

ASSERTIVA: Nessa situação, Bruno agiu em consonância com a conduta ética que se espera do servidor público, já que, ao ter auxiliado o colega e ainda ter finalizado suas atividades diárias depois do expediente, ele fez mais do que sua função lhe exigia.

5. SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: Rodrigo, servidor público, tem o hábito de consumir bebida alcoólica em excesso em bares e restaurantes da cidade duas ou três vezes por semana após seu horário de trabalho, ocasiões em que fica bastante embriagado.

ASSERTIVA: Nessa situação, como a embriaguez habitual ocorre fora do ambiente do trabalho, a conduta de Rodrigo não fere dispositivo do Código de Ética dos Servidores Públicos.

Com relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), julgue os itens que se seguem.

6. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, toda pessoa, no exercício de seus direitos e de suas liberdades, estará sujeita apenas às limitações determinadas por lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e das liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

7. A Declaração Universal de Direitos Humanos não dispõe expressamente sobre o direito ao casamento, mas assegura-o indiretamente ao proteger a família.



CURSO DE FORMAÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE IGUATU EDITAL 001/2021



8. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é mais restrita quanto à definição da liberdade de opinião, não abordando a liberdade de expressão em seu texto.

9. A DUDH constitui declaração de princípios que, apesar de serem respeitados pela comunidade internacional, não integram o ordenamento jurídico brasileiro.

10. Os direitos humanos são indivisíveis, como expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual englobou os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Língua Portuguesa

Leia o texto a seguir e responda às questões 11, 12 e 13.

Tá Escrito
(Grupo Revelação)

Quem cultiva a semente do amor
Segue em frente e não se apavora
Se na vida encontrar dissabor
Vai saber esperar a sua hora.

(...)

Às vezes a felicidade demora a chegar
Aí é que a gente não pode deixar de sonhar
Guerreiro não foge da luta e não pode correr
Ninguém vai poder atrasar quem nasceu pra vencer.

É dia de Sol, mas o tempo pode fechar
A chuva só vem quando tem que molhar
Na vida é preciso aprender, se colhe o bem que plantar
É Deus quem aponta a estrela que tem que brilhar.

Erga essa cabeça, mete o pé e vai na fé
Manda essa tristeza embora
Basta acreditar que um novo dia vai raiar
Sua hora vai chegar.

(...)

11. O trecho da música apresenta um tipo dissertativo, posto que demonstra um ponto de vista positivo do autor ao opinar acerca de caminhos necessários para obter a autoestima e o otimismo na vida.

12. Pode-se afirmar que trechos da música foram suprimidos, ficando evidenciado pelo uso das reticências.



CURSO DE FORMAÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE IGUATU EDITAL 001/2021



13. A vírgula presente em: “Erga essa cabeça, mete o pé e vai ne fé” **NÃO** foi utilizada para separar orações.

14. Acerca dos elementos da comunicação: tudo aquilo que é transmitido por um receptor, que é enunciado, produzido pela combinação e seleção de signos, realizada por um sujeito emissor em um dado lugar e um determinado tempo, é denominado mensagem.

15. **Linguagem verbal** é expressa por meio de palavras escritas ou faladas, como os textos narrativos, as cartas, as entrevistas, as bulas de remédios, rótulos, etc. **Linguagem não verbal** utiliza signos visuais, como as imagens, gestos, desenhos, cores e sons para estabelecer uma comunicação. Exemplos: as cores do semáforo, o apito e os cartões usados pelo juiz de futebol, etc. Na **Linguagem mista** é possível encontrar as linguagens verbal e não verbal juntas, com objetivo de passar uma única mensagem. Um exemplo de linguagem mista pode ser encontrado em uma charge.

16. Entende-se como comunicação oficial: os documentos utilizados em que, quem comunica sempre é o serviço público, e o assunto sempre será algo do interesse público. Já a redação oficial é conceituada como regras e princípios (manejo, utilização e interpretação) para a comunicação do Poder Público de forma interna, entre os diversos órgãos públicos, com os cidadãos e/ou empresas.

17. O servidor público municipal Pedro Nicolau ao redigir um documento padrão-ofício para outro órgão público, como mero propósito estilístico resolveu empregar sinonímia em seu documento, diante disso utilizou características de clareza e precisão, em conformidade com o Manual de Redação da Presidência da República.

18. Em consonância com o princípio da impessoalidade, nas comunicações oficiais, temos a obrigatoriedade da administração pública em proceder de modo a não privilegiar ou prejudicar ninguém, de que seu norte seja, sempre, o interesse público. Os documentos oficiais apesar de serem produzidos por funcionários públicos, sempre serão elaborados em nome do serviço público e sempre em atendimento ao interesse geral dos cidadãos, não existindo lugar para impressões pessoais.

19. No endereçamento em um documento padrão ofício são necessários alguns dados do destinatário, entre eles: o vocativo correto, nome, cargo e endereço, sendo estas informações alinhadas à direita da página e não é necessário fazer nenhuma menção ao estado (sigla) em que está sendo expedido o documento.

20. A servidora pública estadual Creuza enviou um documento padrão-ofício direcionado ao Presidente da República, utilizando, como elemento vocativo, **Senhor Presidente da República**, para tratar com o destinatário. Diante da situação apresentada, podemos afirmar que Creuza agiu em conformidade com as normas da Língua Portuguesa e com o Manual de Redação da Presidência da República.



CURSO DE FORMAÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE IGUATU EDITAL 001/2021



21. O Secretário de Segurança Pública Municipal de Iguatu precisou informar aos demais Secretários Municipais e ao Prefeito que, durante cinco dias do mês de novembro, os Guardas Cíveis Municipais daquela cidade precisariam se ausentar dos postos de trabalho em virtude de uma capacitação e formação para esses servidores. Dessa forma, encaminhou ofício circular para os destinatários, agindo em total desacordo com o Manual de Redação da Presidência da República.

22. Acerca das variações de documentos oficiais, podemos afirmar que ofício conjunto é o documento enviado por vários órgãos públicos, conjuntamente, para apenas um órgão; Já o ofício conjunto circular é quando mais de um órgão envia o mesmo expediente para mais de um órgão destinatário.

Leia o texto a seguir e responda às questões 23, 24 e 25.

Art. 3º São princípios mínimos de atuação das guardas municipais:

I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;

II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;

III - patrulhamento preventivo;

IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e

V - uso progressivo da força.

(Lei nº 13.022/2014)

23. O sinal de ponto e vírgula no artigo acima está usado corretamente, tendo em vista que está no fim de uma palavra, frase ou oração, indicando que o enunciador pretende fazer uma pergunta direta.

24. Os parênteses foram utilizados com objetivo de incluir dados informativos de onde foi extraído o artigo citado.

25. No artigo acima não deveria ter sido usado o ponto e vírgula, tendo em vista que sua função serve apenas para indicar o término de uma frase declarativa de um período simples ou composto.

Legislação – Introdução ao Estudo do Direito

26. Direito Subjetivo é a faculdade de o sujeito invocar o Direito Objetivo para a satisfação dos seus interesses juridicamente reconhecidos.

27. O Direito Positivo é o conjunto de regras elaboradas e vigentes em um determinado país em determinada época.

28. Direito Privado é um conjunto de normas que regula a organização e o funcionamento do Estado.



CURSO DE FORMAÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE IGUATU EDITAL 001/2021



29. Tem-se por fontes materiais do Direito a própria sociedade. São consideradas fontes materiais “todas as autoridades, pessoas, grupos e situações que influenciam a criação do direito em determinada sociedade”, segundo Dimitri Dimoulis.

30. A Lei, a Doutrina e os Costumes são exemplos de fontes formais escritas do Direito.

31. A jurisprudência é entendida como um compilado de produções intelectuais de escritores que se dedicam ao estudo teórico do Direito.

32. O filósofo grego Aristóteles (384 a.C a 322 a.C) considerava que a Justiça Distributiva consistia na distribuição dos bens de forma proporcional a cada indivíduo, conforme os seus méritos.

33. A bilateralidade, uma das características de norma jurídica, consiste na possibilidade de uso da coação, por meio da determinação de penalidades e, quando necessário, o uso da força.

34. A Lei 3.200, de 06 de setembro de 2023, foi publicada em 08/09/2023. O referido diploma normativo não trouxe, expressamente, sua data de entrada em vigor. Assim, a Lei 3.200/2023, segundo previsão da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), deve entrar em vigor 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente publicada.

35. A revogação consiste na restauração dos efeitos de uma lei que já não está mais em vigor.

Legislação – Direito Ambiental

36. A afirmação a seguir foi estabelecida na Convenção sobre a Diversidade Biológica, durante ECO-92: "A diversidade biológica compreende a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, incluindo ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos, bem como a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas."

37. De acordo com o IBGE em 2019, Iguatu/CE está inserido 100% no bioma Cerrado.

38. O artigo 225 da Constituição Federal de 1988 estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, com o dever do Poder Público e da coletividade de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

39. A Lei Nº 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, concede aos órgãos ambientais mecanismos para punição de infratores ambientais e trouxe a possibilidade de punição de pessoas físicas e jurídicas em caso de crimes ambientais.

40. Conforme Art. 177 da Lei Municipal Nº. 1.608/2011, que trata do Código de obras, edificações e posturas do município de Iguatu, a cobertura vegetal é considerada patrimônio ambiental apenas da União, cabendo ao Município dar apoio ao IBAMA para fiscalização e preservação.



CURSO DE FORMAÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE IGUATU EDITAL 001/2021



41. De acordo com o Artigo 5º, Inc. VII e XII, da Lei nº 13.022/2014, são competências específicas das guardas municipais proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas, bem como integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa para contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal.

42. O Princípio do Direito Ambiental do Desenvolvimento Sustentável afirma que, quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não poderá servir de razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para precaver a degradação ambiental.

43. O "Princípio do Protetor-Recebedor" envolve a criação de benefícios para aqueles que protegem o meio ambiente, a fim de fomentar ou premiar iniciativas de proteção ambiental, como a compensação financeira ao proprietário rural que mantém, além da reserva florestal legal, outra área de proteção de reserva, acima do mínimo fixado pelo Código Florestal.

44. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), os Municípios **NÃO** têm competência para legislar sobre meio ambiente, tendo em vista a ausência de previsão na Constituição de 1988, cabendo somente a União e aos Estados-membros essa competência.

45. A Lei nº 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, estabelece em seu Art. 50, Inciso I, que constitui crime contra a Administração Pública dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, sem autorização do órgão público competente, ou em desacordo com as disposições desta Lei ou das normas pertinentes do Distrito Federal, Estados e Municípios.

Legislação – Direito Constitucional

46. Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

47. Por ocasião de fortes chuvas na cidade, um guarda municipal, sem autorização do morador e sem determinação judicial, adentrou um imóvel na periferia de Iguatu para prestar socorro aos seus ocupantes, nesse caso, em tese, a conduta do agente de segurança pública se amolda ao crime de abuso de autoridade.

48. É assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida a proteção aos locais de culto e às suas liturgias. A violação da liberdade de consciência e de crença é autorizada nos casos previstos em lei.

49. É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.



CURSO DE FORMAÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE IGUATU EDITAL 001/2021



50. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

Legislação – Direito Penal

51. Pelo conceito analítico, crime é, no mínimo, um fato típico e ilícito (concepção bipartida), podendo ser exigido também o elemento de ser culpável (concepção tripartida) ou, em acréscimo, também o elemento de ser punível (concepção quadripartida).

52. A imparcialidade, a presunção de inocência e o devido processo legal são alguns dos princípios básicos do direito penal.

53. O princípio da responsabilidade pessoal (intranscendência) diz que a lei penal não pode retroagir, salvo para beneficiar o réu.

54. O princípio da culpabilidade diz que somente são puníveis as ações que causem danos à sociedade.

55. O art. 5º, XXXIX, da Constituição Federal aduz que não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. O supracitado artigo trata do princípio da legalidade e da reserva legal.

56. Lei penal no tempo cuida do lugar onde o crime é praticado, servindo como parâmetro para solucionar situações em que um crime inicia sua execução em um determinado território e a consumação dar-se em outro.

57. Crimes de ação pública são crimes que afetam toda a sociedade e, por isso, qualquer pessoa pode noticiar um fato delituoso dessa natureza a uma Autoridade Policial.

58. Em crimes contra a vida, fatores como a motivação do crime, a idade da vítima, a presença de testemunhas e a utilização de armas não podem agravar a pena do agressor.

59. São elementos do crime de lesão corporal a conduta humana voluntária, o resultado naturalístico, o nexo de causalidade entre a conduta e o resultado e os tipos objetivos e subjetivos.

60. Quando um funcionário público desvia bens ou recursos públicos para si ou para outros, em benefício próprio ou de terceiros, trata-se de um crime de furto.

Legislação – Direito Processual Penal

61. Processo penal é o conjunto de procedimentos que buscam garantir o exercício do direito de defesa e a devida aplicação da lei penal.



CURSO DE FORMAÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE IGUATU EDITAL 001/2021



62. São princípios fundamentais do processo penal, a legalidade, o devido processo legal, a presunção de inocência e o contraditório e ampla defesa.

63. É cabível a impetração de habeas corpus quando houver ameaça ou violação do direito à liberdade apenas em nome próprio.

64. A prisão preventiva é a prisão cautelar decretada durante o processo penal para garantir a eficácia das investigações e, principalmente, a aplicação da eventual pena.

65. O inquérito policial só pode ser iniciado a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

Diferentes funções dos profissionais de segurança e a história da segurança pública no Brasil.

66. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

67. Polícia é uma atividade administrativa tendente a assegurar a ordem, a paz interna, a harmonia, buscando garantir ao cidadão um sentimento de segurança.

68. Segurança consiste numa situação de preservação ou restabelecimento da convivência social harmoniosa, que permite que todos gozem de seus direitos e exerçam suas atividades sem perturbações de outrem.

69. A Polícia Federal exerce, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

70. Não é dever da Polícia Rodoviária Federal fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzido pelos veículos automotores ou pela sua carga.

71. A Guarda Municipal não é subordinada ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

72. São requisitos para a investidura na Guarda Civil Municipal, idoneidade moral comprovada por investigação social e certidões expedidas perante o Poder Judiciário estadual, federal e distrital.

73. Controle externo será exercido por ouvidoria independente, qualquer que seja o número de servidores da Guarda Municipal, para receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões, elogios e denúncias acerca da conduta de seus dirigentes e integrantes e das atividades do órgão.

74. As Guardas Municipais podem ficar sujeitas a regulamentos disciplinares de natureza militar.

75. As Guardas Municipais utilizarão uniforme e equipamentos padronizados, obrigatoriamente, na cor azul-marinho.



CURSO DE FORMAÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE IGUATU EDITAL 001/2021



Definição do espaço público e identificação das atribuições federais, estaduais e municipais neste espaço.

76. A Guarda Civil Municipal **NÃO** pode auxiliar na segurança de grandes eventos em espaços públicos e nem na proteção de autoridades e dignitários.

77. A Guarda Civil Municipal deve atuar nos espaços públicos mediante ações preventivas tendo como exemplo, na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local.

78. O espaço público é aquele de uso comum e posse de todos. Nestes locais desenvolvemos atividades coletivas, como o convívio de diversos grupos.

79. Nos espaços públicos com restrição ao acesso e à circulação a presença é controlada e restrita a determinadas pessoas, como os edifícios públicos (Prefeituras, Fóruns, residências oficiais de governantes), instituições de ensino, hospitais.

80. Um(a) Guarda Civil Municipal ao impedir o acesso de pessoas que estão provocando tumulto ou pânico, portando-se de modo inconveniente ou desrespeitoso e perturbando o trabalho e o sossego alheio, fere o direito de ir e vir.

Noções da sociologia da violência.

81. A Sociologia é a ciência que estuda a sociedade e os fenômenos que nela ocorrem sejam eles culturais, econômicos, religiosos. Ocupa-se, basicamente, de cinco elementos: a estrutura social, os grupos sociais, a família, as classes sociais e os papéis que o indivíduo ocupa em sociedade.

82. A Sociologia, surgiu no século XIX, durante a Revolução Industrial e o Iluminismo, como disciplina separada das demais ciências humanas surgira com a obra “ dos delitos e das penas”, escrita pelo autor italiano Cesare Beccaria (1738–1794).

83. Com a Revolução Industrial houve uma alteração na configuração populacional, pois a Europa, até então sumariamente rural, observava uma explosão demográfica nas cidades devido à abertura de indústrias, principalmente na Inglaterra. Os grandes centros urbanos que surgiram repentinamente não tiveram estrutura para abrigar tantas pessoas, e os postos de trabalho também não foram suficientes para todos, o que desencadeou problemas sociais e sanitários, que deixaram como rastro doenças, fome, miséria, desigualdade social e alta taxa de criminalidade.

84. Sociologia da Educação é a disciplina que se dedica a estudar os processos sociais de ensino e aprendizagem, abrangendo os aspectos organizacionais e institucionais que permeiam o desenvolvimento da educação, bem como as relações sociais que compreendem os indivíduos inseridos neste meio e nestes processos.



CURSO DE FORMAÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE IGUATU EDITAL 001/2021



85. A Sociologia do Trabalho tem como fim entender o conjunto de leis jurídicas que regem uma sociedade a partir da ação social de partidos políticos, grupos de pressão, elites econômicas etc. Entre seus campos de pesquisa estão a diferença entre a lei e sua aplicação à sociedade onde ela se circunscreve.

86. A Sociologia do Jurídica ou Sociologia do Direito busca da compreensão da organização e evolução do mundo do trabalho na sociedade, as relações de trabalho e as implicações sociais deles.

87. A violência (do latim violentia) remete ao emprego de força física para infligir dano ou lesão. Essa força física torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica e é a percepção da sociedade, histórica e culturalmente que vai determinar, a partir da identificação e estabelecimento desses limites e do sofrimento que sua ultrapassagem carrega, o que é um ato violento.

88. Segundo o Sigmund Freud, criador da psicanálise “ em todos os indivíduos pode haver um criminoso e que todo homem, mesmo o maior cumpridor das leis, é capaz, por exemplo de matar. Ou seja, a violência representa uma erupção vitoriosa das pulsões libidinosas no campo da consciência.”

89. Uma das faces do individualismo contemporâneo, descreve o indivíduo moderno como aquele que deseja participar da modernidade, do que ela oferece, do que ela promete, do que ela mostra através dos meios de comunicação e das solicitações de um consumo de massa cujo espetáculo está doravante mundializado.

90. A Teoria da Culpabilidade, invocada, a princípio, pelo argentino Eugenio Raúl Zaffaroni, objetiva partilhar a responsabilidade do indivíduo que comete um delito em determinadas circunstâncias, de modo que o agente tenha sua culpabilidade diminuída, ou até mesmo afastada, em razão das falhas sociais e estatais que, comprovadamente, o levaram a incorrer na atitude criminosa. A teoria da culpabilidade imputa ao Estado parcela da responsabilidade social pelos atos criminosos dos agentes em razão das desigualdades sociais.

91. A violência religiosa é uma espécie de violência suave, insensível, invisível suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

92. A violência psicológica é a ação ou omissão de quem afeta ou impede a atenção adequada das necessidades da família ou alguns de seus integrantes; danifica, perde, subtrai, destrói, retém, distrai ou se apropria de objetos, instrumentos ou bens."

93. Violência de gênero é conceituada como a manifestação da discriminação, da situação de desigualdade e das relações de poder dos homens exercida sobre as mulheres, por parte daqueles que são ou foram seus cônjuges ou de quem está ou estava ligado à elas por relações similares de afetividade, mesmo sem convivência.



CURSO DE FORMAÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE IGUATU EDITAL 001/2021



94. A Violência devido a orientação sexual pode ter diferentes expressões, desde a discriminação para exercício de seus direitos, como a negação do emprego e ou de oportunidades educativas, assédio, interferência em sua privacidade, agressões sexuais, até torturas, maus tratos e assassinatos por motivos de ódio.

95. Todo ato sexual, a tentativa de consumir um ato sexual, os comentários ou insinuações sexuais não desejadas, ou as ações para comercializar ou utilizar de qualquer outro modo a sexualidade de uma pessoa através de coação por outra pessoa, independentemente da relação desta com a vítima, em qualquer ambiente, inclusive em casa e no local de trabalho, caracterizam a violência psicológica.

Movimentos Sociais.

96. É correto afirmar que segundo o art. 5º XVI da CRFB/88 todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público quando solicitado antecipadamente a prefeitura e autorizado, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

97. Será concedido mandado de segurança para proteger o direito líquido e certo, não amparado por habeas-corpus ou habeas-data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente da pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

98. A greve é basicamente uma ação coletiva realizada de maneira voluntária pelos trabalhadores de interrupção total ou parcial de suas funções em seus postos de trabalho. A realização da greve é um mecanismo utilizado pelos trabalhadores de diferentes partes do mundo para alcançar melhorias em sua situação de trabalho, como em questões de segurança, benefícios trabalhistas ou salariais. A greve não visa somente a melhorias, mas, por vezes, é realizada por trabalhadores para impedir a desvalorização de sua função ou a perda dos benefícios vigentes.

99. Movimentos sociais são grupos reacionários organizados que representam causas e objetivos e tem como finalidade construir a paz social por meio da conciliação e da organização política.

100. Os movimentos sociais são ações coletivas mantidas por grupos organizados da sociedade que visam lutar por alguma causa social. Em geral, o grito levantado pelos movimentos sociais representa a voz de pessoas excluídas do processo democrático, que buscam ocupar os espaços de direito na sociedade.